



A MULTIDIMENSIONALIDADE DA PRECARIIDADE HABITACIONAL EM CIDADES RIBEIRINHAS AMAZÔNICAS

Giselle de Lourdes Bangoim Sakatauskas¹
Flávia da Fonseca Feitosa²

Resumo: o presente artigo busca contribuir para o conhecimento da precariedade habitacional em cidades ribeirinhas amazônicas, aprofundando conceitos existentes e propondo uma metodologia de análise que possa evidenciar manifestações das características regionais, incluindo aquelas de difícil mensuração. O estudo está fundamentado na teoria social marxista e está baseado em referenciais teóricos sobre a habitação como mercadoria no sistema capitalista de produção e aspectos relativos a precariedade da habitação. A exposição da pesquisa empreendida sobre o objeto em questão realizou-se a partir da análise bibliográfica e da pesquisa de campo. Este trabalho visa contribuir com estudos e pesquisas que possam revelar diversidades oferecendo subsídios à proposição de políticas urbanas e habitacionais com enfoques menos generalizantes.

Palavras-chave: Precariedade habitacional; Cidades Ribeirinhas; Amazônia; Habitação.

Abstract: This article seeks to contribute to the knowledge of housing precariousness in riverside Amazonian cities, deepening existing concepts and proposing an analysis methodology that can show manifestations of regional characteristics, including those that are difficult to measure. The study is based on Marxist social theory and is based on theoretical references about housing as a commodity in the capitalist production system and aspects related to housing precariousness. The exposition of the research undertaken on the object in question was carried out from the bibliographical analysis and field research. This work aims to contribute with studies and research that can reveal diversities, offering subsidies for the proposition of urban and housing policies with less generalized approaches.

Key-words: Housing Precariousness. Riverside Cities. Amazon. Housing.

1. INTRODUÇÃO

A abordagem teórico-metodológica desenvolvida nesta pesquisa voltada para a análise das múltiplas dimensões da precariedade habitacional em cidades

¹ Universidade Federal do ABC. Assistente Social, Doutora em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC. E-mail: gibangoim.gisa@gmail.com

² Docente de Graduação e Pós-Graduação na Universidade Federal do ABC. Doutora em Geografia pela Rheinisch Friedrich-Wilhelms-Universität Bonn (Alemanha). E-mail: flavia.feitosa@ufabc.edu.br



ribeirinhas amazônicas está fundamentada no método dialético da teoria social de Marx. Baseia-se em referenciais teóricos sobre a habitação como mercadoria no sistema capitalista de produção, aspectos relativos a precariedade da habitação. A partir de análise bibliográfica e pesquisa de campo construiu-se um debate teórico-metodológico que possa contribuir na identificação das especificidades da precariedade habitacional nas cidades em questão³.

O debate metodológico é fundamental para o aprimoramento dos estudos e pesquisas sobre a precariedade habitacional no Brasil e demonstra que as distintas formas de precariedade habitacional que caracterizam parte significativa das moradias brasileiras, especialmente as ribeirinhas amazônicas, não são demonstradas pelos dados e metodologias desenvolvidas a nível nacional, o que dificulta a construção de políticas públicas que possam dialogar com as especificidades.

Para tal, devem-se eleger indicadores que sejam capazes de diagnosticar as condições de moradia da população, o que supõe a elaboração de conceitos e a adoção de critérios baseados nos conhecimentos das estratégias familiares que não encontram alternativas para garantir abrigo ou que não tem acesso ao mercado imobiliário formal.

Num esforço de apreensão do objeto em sua totalidade (exposição de suas múltiplas determinações), o presente artigo está estruturado da seguinte maneira: parte-se desta introdução; segue-se com a análise dividida em duas seções. Na primeira, serão realizadas algumas considerações analíticas e teóricas que fornecem as chaves explicativas para a produção das moradias precárias, calcada no entendimento da habitação como mercadoria. A segunda, apresentará a multidimensionalidade da precariedade habitacional. Finaliza-se com as considerações finais que retomam as premissas do estudo.

³ O presente artigo é parte da tese de doutorado intitulada “Especificidades da Precariedade Habitacional na Amazônia ribeirinha: um olhar sobre a região do Baixo Tocantins” defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC.



2. A HABITAÇÃO COMO MERCADORIA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Para esta análise, parte-se do pressuposto de que é fundamental compreender que na habitação (casa) se desenvolvem atividades cotidianas necessárias à sobrevivência e à reprodução dos trabalhadores. Como categoricamente assinala Costa (1997, p. 10) “a casa é muito mais do que uma estrutura física que serve de abrigo, ela é também um ‘sentimento’, um ‘mundo familiar’”. A casa é, deste modo, uma necessidade humana básica.

Os homens devem estar em condições de poder viver, a fim de fazer história. Mas, para viver é necessário, antes de qualquer coisa, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir, etc. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios que permitam satisfazer as necessidades, a produção da própria vida material (MARX; ENGELS, 1979, p. 33).

As reflexões acima transmitem a abordagem de casa como morada do homem e sem a qual ele não pode reproduzir-se dignamente e nem vivenciar experiências com sua família.

No entanto, para o sistema capitalista a habitação tem valor de uso e valor de troca (HARVEY, 1980). Como valor de troca, é uma mercadoria que pode ser vendida como outra qualquer, ou seja, a habitação ocupa um lugar importante no ciclo de reprodução do capital, dificultando o acesso da classe trabalhadora à moradia adequada.

Maricato (1997), ao tratar da habitação como uma mercadoria especial, afirma que esta tem produção e distribuição complexas, pois é a mais cara entre as mercadorias de consumo privado. Seu preço é maior do que os salários médios, por este motivo, o comprador demora anos para pagá-la. A autora continua afirmando que a referida mercadoria tem longo período de circulação e por isso exige um financiamento prévio para o consumo, pois em geral a classe trabalhadora não dispõe desse dinheiro à vista.

Para entender a questão da habitação no modo de produção capitalista, este artigo ancorou-se na leitura teórica de Engels (1988), ao afirmar que não é a solução da questão da habitação que imediatamente resolve a questão social, mas é a solução



da questão social, isto é, a abolição do modo de produção capitalista que resolve a questão da habitação.

Em se tratando do Brasil, sendo um país capitalista periférico, onde a invisibilidade é histórica e a habitação dos trabalhadores não é problema para o capital e muitas vezes, nem mesmo para o Estado, explica-se o fato dos bairros de moradia dos trabalhadores serem construídos por eles mesmos e, ainda, o fato de as favelas fazerem parte da reprodução da força de trabalho formal. Neste sentido, as habitações precárias localizadas geralmente nas favelas integram as cidades de países como o Brasil (MARICATO, 2015).

De acordo com Cardoso (2016), a informalidade da produção e da precariedade da moradia ocorre de duas maneiras: por meio de mecanismos de mercado, onde agentes econômicos disponibilizam terras ou unidades habitacionais a preços que não são capazes de serem assumidos pela grande maioria da população que sofre com os problemas da falta de moradia. População esta empobrecida e com frágeis vínculos de trabalho, isto é, com capacidade reduzida de compra ou de financiamento habitacional. O outro meio de acessar a moradia é por ocupação espontânea de terras⁴ ou de imóveis vazios.

O desafio, portanto, dessa análise, consiste em pensar a precariedade habitacional como uma expressão da questão social no modo de produção capitalista e suas particularidades no Brasil e na Amazônia ribeirinha.

No entanto, para esta reflexão, torna-se imperioso o entendimento de que a segregação do espaço urbano e a produção da moradia precária são expressões da mercantilização do espaço na totalidade do processo de reprodução do capital. Neste sentido, o acesso à terra urbanizada e conseqüentemente a adequadas condições de moradia, subjugam-se ao mercado (com suas especificidades na região amazônica), e à ação estatal. Em outras palavras, o valor de troca da moradia se impõe sobre seu valor de uso⁵.

⁴ Forma predominante de ocupação da população pobre nas cidades ribeirinhas em detrimento da ocupação de imóveis vazios.

⁵ Pautado na formulação marxiana, o valor de uso caracteriza-se quando o produto do trabalho serve para a satisfação das necessidades humanas; o que o trabalhador produz o pertence e é útil.



3. PRECARIIDADE HABITACIONAL EM CIDADES RIBEIRINHAS AMAZÔNICAS E SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES

A reflexão acerca da precariedade da moradia remete à discussão sobre assentamentos precários, áreas que ganham inúmeras denominações nas diversas regiões do país onde predominam o problema habitacional de forma concentrada, com aglomerados de moradias irregulares.

O conceito de assentamento precário, conforme definição dada pela Política Nacional de Habitação (PNH) abrange situações de precariedade e inadequação dos assentamentos habitacionais onde residem famílias de baixa renda. Estes se originam de estratégias empregadas pela população para moradia e apresentam inúmeros problemas, a saber: irregularidade fundiária, ausência de infraestrutura de saneamento ambiental; localização em áreas mal servidas por sistema de transporte e equipamentos sociais; terrenos alagadiços e sujeitos a riscos, adensamento, deficiências construtivas, etc. (BRASIL, 2010).

Marques et al. (2007) conceitua assentamentos precários a partir dos seguintes elementos: a) *posse instável do solo ocupado*: os assentamentos precários caracterizam-se pela ocupação ilegal da terra, tanto urbana como rural, ou pela situação jurídica que embora regular está exposta a outros tipos de instabilidades; b) *renda familiar*: há uma estreita relação da pobreza com os setores precários; c) *nível de escolaridade*: o fator de baixa renda tende a acentuar a situação de baixa remuneração; d) *taxas de dependência*: este fator compõe a caracterização dos níveis de pobreza urbana e rural; e d) *carência de infraestrutura*.

Cardoso et al. (2009), também afirmam que a denominação de *assentamentos precários* foi adotada para fazer referência às situações em que áreas são ocupadas irregularmente e apresentam como principal característica a deficiência de infraestrutura e de acessibilidade. Os assentamentos precários são entendidos como “aglomerações com delimitação mais ou menos precisa no tecido urbano, [...]; e com ocupação inequívoca e majoritária por população de baixa renda” (CARDOSO et al., 2009, p. 93).



Segundo o IBGE (2010), ao tratar da precariedade da unidade habitacional, os domicílios precários são domicílios particulares permanentes (casas e apartamentos) que não são construídos por alvenaria ou madeira aparelhada, apresentado como principais materiais de construção a taipa não revestida, a madeira aproveitada, a palha ou outro material.

Referente ao conceito de “precariedade”, a Fundação João Pinheiro⁶(FJP) define que se trata de uma situação caracterizada por inadequação de moradias⁷ em termos fundiários e de infraestrutura, podendo ocorrer situações de déficit⁸ ou de outras formas de inadequação dentro dos assentamentos precários.

Quando se reporta à dimensão regional amazônica, a definição de habitação precária gera discussões nas mais variadas áreas do conhecimento. Sob esse prisma, pode-se afirmar que para os domicílios tidos como precários nas cidades amazônicas ribeirinhas é possível perceber que culturalmente essas habitações foram erigidas com materiais encontrados em abundância no território, como a madeira e a palha, e que pela necessidade de morar, são utilizados de maneira transitória.

É oportuno enfatizar que o modo de morar milenar caracterizado pelas palafitas e estivas como condição de acesso e mobilidade também faz parte dos processos de adaptação ao meio e da cultura arquitetônica locais (Figura 1). Essa realidade, no mais das vezes, revela uma qualidade de vida precária, onde o acesso a bens e serviços sociais é prestado de forma precarizada.

Assim, tendo por base a discussão de alguns conceitos utilizados para caracterizar a precariedade habitacional, será empreendida a análise das dimensões da precariedade habitacional. Para tanto, realizar-se-á o desenvolvimento de uma metodologia que explicita e caracteriza as múltiplas dimensões da precariedade da habitação que terá como base os conceitos utilizados pelas Nações Unidas, (1992) e por Roseback et al. (2014), a saber: posse; adequação física da edificação;

⁶ A metodologia desenvolvida pela FJP para o cálculo das necessidades habitacionais no Brasil é uma referência nacional para a formulação de políticas públicas no setor.

⁷ Corresponde às habitações que “não proporcionam a seus moradores condições desejáveis de habitabilidade” (FJP, 1995, p. 8).

⁸ O conceito de déficit habitacional utilizado pela Fundação Pinheiro está ligado às deficiências do estoque de moradias.



adequação da edificação à família; disponibilidade de serviços; infraestrutura; custo acessível; segurança ambiental; acessibilidade e adequação cultural.

Neste sentido, para a análise multidimensional da precariedade habitacional, considera-se que uma habitação está em situação de precariedade se não atender pelo menos um dos seguintes requisitos:

a) Segurança da posse:

A moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças.

A terra é um dos elementos fundamentais para garantir uma habitação digna, sendo dever do Estado intervir para garantir o acesso à terra urbana.

A falta de titularidade do imóvel é um dos elementos que caracterizam uma habitação precária. Este estudo constatou que os escassos dados existentes sobre a questão da posse não proporcionam uma exata dimensão do problema. Isso se deve à complexidade que envolve o tema, à reduzida capacidade institucional, e ao tipo de informação/metodologia utilizada pelo IBGE. Junto a isso, a ausência de uma política fundiária consistente tanto em escala nacional como local.

A questão fundiária na região amazônica, especificamente nas cidades ribeirinhas paraenses é um desafio a ser enfrentado para que esse direito possa ser garantido à população local.

Segundo Fischer (2012), o estado do Pará, segundo maior em extensão territorial na federação, apresenta particularidades de ordem sociocultural, geográfica e histórica que impactam de maneira negativa quando o assunto é a implantação de políticas estruturantes no que se refere à utilização do solo, tanto no urbano como no rural. Assim, toda e qualquer política ou programa que se pretenda executar em seu território necessita levar em consideração a indefinição entre público e privado, urbano e rural e mesmo a incerteza sobre a exata dominialidade de terras públicas nele localizadas.

A autora destaca que se estima que mais da metade do território do Pará esteja coberta por unidades de conservação, territórios quilombolas e terras indígenas, o que pode inviabilizar a concessão de áreas patrimoniais ao município. No restante do



estado, uma parcela significativa dos municípios está situada em áreas de domínio da união, que nem sempre podem ser doadas ao município, a exemplo dos terrenos de várzea, onde estão situadas as cidades ribeirinhas.

Neste sentido, a realidade desta região demanda uma ação estruturante e coordenada por partes dos entes competentes para que possa ser alcançado o direito básico da população: a posse da moradia.

b) Adequação física da edificação:

Trata-se de voltar o olhar para a construção em si da unidade habitacional e às condições físicas, sanitárias, de conforto e de salubridade oferecidas por esta. Além de apresentar boas condições de proteção contra intempéries, a moradia deve estar protegida contra qualquer fator que ponha em risco a saúde e a vida das pessoas.

Na procura por soluções para qualidade de vida e preservação do meio ambiente, uma habitação adequada deve garantir que haja preservação do meio ambiente, valorizando a saúde, a autoestima do morador ribeirinho, preservando a qualidade dos rios e do lençol freático.

As políticas habitacionais devem levar em consideração as características climáticas e físicas da região. Devem respeitar o habitat ribeirinho, que tem uma relação de convivência com a natureza. “A utilização do ambiente, não apenas como recurso para transporte, lavar louças e roupas, comer ou beber, mas principalmente com base e meio de toda realização” (DARDEL, 2011, p. 32).

Esse modo de vida ribeirinho se reflete na arquitetura da edificação que é uma mescla de diversas culturas, construídas com materiais disponíveis na região e que necessitam respeitar o ciclo de cheias e vazantes das águas, tornando-as suspensas por estivas, denominadas palafitas. Também referente à casa de terra firme, a qual apresenta a mesma simetria que a casas da várzea, porém é mais estável e sua durabilidade é superior.

c) Adequação da edificação à família:

Esta dimensão faz referência ao número de cômodos e/ou área adequada ao tamanho da família, número de pessoas por cômodo servindo de dormitórios adequados. Pode-se dizer que ela é comumente explorada pela presença de duas ou mais famílias na residência, pelo total de residentes ou pelo total de dormitórios no



domicílio. Porém, esses índices quando adotados na região amazônica ribeirinha podem revelar distorções regionais. É necessária uma leitura que possa corroborar a realidade, visto que a densidade de moradores é relativa e a população muitas vezes não é habituada a dormir em quartos.

O IBGE conceitua densidade de moradores por dormitório como o resultado da divisão do total de habitantes pelo número de dormitórios. No entanto, entende-se por dormitório/quarto ou qualquer outra dependência do domicílio particular permanente que sirva de dormitório aos moradores.

Na cultura ribeirinha, é comum os moradores dormirem na sala e o quarto geralmente serve para guardar coisas. Esta conceituação de dormitório adotada pelo IBGE como qualquer espaço que é utilizado para dormitório, mascara situações de adensamento excessivo no momento da coleta de dados, uma vez que aumenta o número base de dormitórios.

Outra característica particular dessas realidades no que tange à precariedade habitacional é o banheiro fora do domicílio. Esta é uma peculiaridade das moradias na Amazônia, principalmente naquelas que estão em situação de precariedade. No entanto, os dados oficiais brasileiros não possuem este levantamento, o qual também não é produzido pelos municípios envolvidos nesta pesquisa.

d) Infraestrutura:

Uma habitação satisfatória deve ser conectada às redes de água, saneamento básico e energia elétrica. Devem, ainda, estar disponíveis serviços de transporte público, limpeza, coleta de lixo, entre outros serviços básicos oferecidos localmente.

Deve-se levar em consideração que as cidades ribeirinhas amazônicas são caracterizadas por um alto nível de pobreza, pois a maioria das famílias encontra-se na faixa de renda de até dois salários mínimos e um dos seus maiores problemas habitacionais refere-se à carência de infraestrutura, com alto índice de domicílios sem banheiro, marca das moradias nas cidades ribeirinhas amazônicas.

A adoção de “lixões”, para depósito final de resíduos sólidos, é comum e representa sérios riscos ambientais à saúde, por não receberem qualquer tipo de tratamento. E o rio, característica da paisagem e do meio ambiente, é fortemente afetado pelo despejo dos resíduos.



e) Disponibilidade de serviços:

Devem existir nas proximidades das moradias serviços e equipamentos públicos básicos, como escolas, creches, postos de saúde, áreas de esporte e lazer, equipamentos culturais, etc.

É importante registrar que para esta dimensão não há levantamento a partir dos dados oficiais nacionais e muitas vezes, não há dados municipais. Para a exposição desta dimensão, o trabalho coletado no campo é primordial.

f) Custo acessível:

O custo para a aquisição ou aluguel da moradia deve ser acessível, de modo que não comprometa o orçamento familiar e permita também o atendimento de outros direitos humanos. As cidades ribeirinhas na Amazônica constituem-se, em sua maioria, em terras públicas e isto pode forjar uma realidade de moradia própria, onde o aluguel caracteriza-se como exceção.

g) Segurança ambiental:

Deve garantir que a população moradora não esteja exposta a riscos. A precariedade pode se referir a: alagamento, deslizamento, proximidade de linhas de transmissão de alta tensão, ou de estruturas viárias ou ferroviárias, proximidades de linhas de oleodutos, ocupação de aterros de lixo, incêndios, etc.

É necessário compreender que muitas cidades da Amazônia se formaram em área de várzea, ambiente que é acessível à navegabilidade da região. Os municípios, aí localizados, estão sujeitos à dinâmica das águas dos rios, apresentando uma ocupação diferenciada, com características peculiares.

As áreas de várzea estão sujeitas às grandes flutuações que são impostas pela dinâmica de inundações periódicas, quando a água transborda seus leitos e margens, causando diferentes graus de inundações nas terras adjacentes. As margens desses lugares são inundadas pelas águas dos rios, lagos e córregos periodicamente, tais características são denominadas de várzea, planícies de inundação espalhadas ao longo dos rios e seus afluentes.

Vários autores apontam problemas no processo de ocupação nas áreas de várzea. Rodrigues et al. (2012) sinaliza que a expansão urbana nessas áreas levou à



ocupação do uso do solo que não são condizentes com os princípios da preservação ambiental necessários ao meio urbano sadio.

No caso das cidades ribeirinhas, deve-se levar em consideração o ciclo das águas dos rios que as banham. Localizadas em áreas de várzea, essas cidades estão sujeitas a alagamentos e que por conta da precária infraestrutura, principalmente o saneamento, a população moradora sofre com essa insegurança.

Os dados oficiais nacionais não contemplam a dimensão da segurança ambiental. Os municípios em sua grande maioria não produzem este tipo de informação. Para este item o levantamento dos dados sobre a dimensão da segurança ambiental deverá ser realizado via pesquisa in loco, através da observação do campo.

h) Acessibilidade:

A moradia adequada deve ser acessível a grupos vulneráveis da sociedade, como idosos, mulheres, crianças, pessoas com deficiência, pessoas com HIV, vítimas de desastres naturais etc. As leis e políticas habitacionais devem priorizar o atendimento a esses grupos e levar em consideração suas necessidades especiais.

Além disso, deve-se considerar as condições de circulação do viário, que nas cidades ribeirinhas se dá por acesso a estivas em situação de precariedade e ruas em sua maioria não pavimentadas.

A mobilidade urbana costuma ser mais reduzida nos bairros as vias são construídas sobre estivas com materiais de baixa qualidade, em inúmeros casos com madeira aproveitada, onde a própria população realiza a manutenção.

A calçada que deveria ser o espaço por onde os idosos, as pessoas com deficiência física e as demais em situação de mobilidade reduzida mais circulam, são os espaços que apresentam os maiores riscos, como barreiras, estivas em péssimas condições etc. Essa situação dificulta a circulação adequada desses grupos e de todo o restante da população moradora das cidades estudadas.

i) Adequação cultural:

A moradia deve estar adequada às lógicas e dinâmicas sociais dos moradores, devendo haver uma preocupação com o tecido social existente: relações sociais estabelecidas, vizinhanças consolidadas, símbolos, códigos, etc.



Essa dimensão, adotada pelas Nações Unidas (1992), torna-se um desafio na caracterização da moradia e na hora de implementar políticas urbanas e habitacionais que possam respeitar as diversidades regionais. Entende-se que ela permeia as demais dimensões e deverá influenciar na caracterização das peculiares da precariedade habitacional nas cidades escolhidas como estudo de caso.

A dimensão cultural permeia as demais dimensões elencadas na caracterização da precariedade habitacional e ainda deve levar em consideração as dinâmicas do espaço urbano, sendo um fator de forte influência na hora de caracterizar as peculiaridades da precariedade habitacional nas cidades escolhidas como estudo de caso.

Percebe-se um modo de morar fortemente influenciado por aspectos culturais e pela relação com o ambiente, a exemplo da particularidade da moradia ribeirinha e que mesmo com a presença da precariedade exacerbada esses vínculos não são totalmente rompidos.

É necessário compreender o significado do modo de morar amazônico do ponto de vista da tipologia habitacional e que aspectos desse modo de viver (rural, ribeirinho, quilombola, indígena) particularizam o modo de morar amazônico.

A casa ribeirinha carrega consigo uma herança extremamente valiosa, que é a expressão de toda uma cultura. Assim como as demais casas típicas feitas pelos mais diversos povos através dos tempos, que ensinam e contam histórias, não só coletivamente, mas também as histórias individuais de cada um (NOGUEIRA, 2016, p. 179).

Bachelard (1978) apresenta a casa como um lugar único onde se abriga a história e se guardam os sonhos, um lugar de memória dos que nela viveram ou vivem com características de formas, cheiros, cores e representatividades. As escolhas e a distribuição de móveis, obras e objetos em um ambiente apresentam, em suas formas compostas, o estilo da casa e do homem que nela habita e representa através de signos, tanto incógnitos como explícitos, o estilo de vida e a identidade de seus habitantes.

É fundamental apreender que a população local não pode ser vista apenas como aglomerados humanos pobres que vivem em péssimas condições sobre as águas. Deve-se considerar que há uma especificidade socioespacial e cultural dos povos amazônicos que requer respostas adequadas as suas demandas a partir da



valorização e respeito do seu modo de morar sobre as águas, que difere do padrão da totalidade da cidade formal.

Acredita-se que as condições de moradia envolvem tanto as dimensões físicas da habitação e do entorno, como também a dimensão cultural. Neste sentido enfatiza-se que elas são interdependentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a heterogeneidade da precariedade habitacional, assim como apontar soluções habitacionais para a população em situação de alta vulnerabilidade social é de grande relevância para a produção de políticas públicas para o enfrentamento dessa questão. Os estudiosos da área do planejamento urbano, assim como os técnicos e gestores públicos têm o desafio de superar as dificuldades conceituais que cercam o tema.

É necessário evidenciar que a precariedade das habitações ribeirinhas não se manifesta apenas nos aspectos físicos, ou no modo como as habitações são construídas. Essa guarda íntima relação com o processo de ocupação e urbanização amazônico, especialmente aqueles vinculados aos rios.

Ainda que grande parte das dimensões elencadas não sejam contempladas no processo de produção dos dados secundários (censo demográfico) utilizados nas metodologias nacionais, as informações coletadas podem ser qualificadas e complementadas com o trabalho in loco, com vistorias das cidades e ainda serem enriquecidas com entrevistas com a população local. A partir da conjugação desses caminhos metodológicos torna-se possível uma aproximação com as peculiaridades da precariedade habitacional o que permite oferecer subsídios ao planejamento e à execução da política urbana e habitacional local.

Dentre as dimensões preponderantes na produção do espaço na Amazônia, a dimensão cultural tem uma importante configuração nas cidades ribeirinhas, as quais se expressam inclusive nas áreas consideradas precárias. Esta dimensão permeia a produção do espaço urbano amazônico estando presente na dimensão simbólica das relações sociais que marcam este urbano amazônico. Portanto, para caracterizar as

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





particularidades da precariedade habitacional nas cidades ribeirinhas é necessário voltar o olhar sobre a produção desse espaço, sobre a configuração desse urbano e sobre as características da habitação e de seu entorno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. A Poética do Espaço. *In: Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 117-334.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para mapeamento e caracterização de assentamentos precários**. Brasília, 2010. Disponível em: [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Mapeamento Ass Precários.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Mapeamento_Ass_Precarios.pdf). Acesso em: 10 fev. 2018.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. *In: IPEA. Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros – Brasília: Ipea, 2016.*

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAÚJO, Rosane Lopes; GHILARD, Flávio Henrique. Necessidades Habitacionais. *In: ROSA, J. S.; DENALDI, R. (orgs.). Curso à distância: Planos locais de habitação de interesse social*. BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação, 2009. p. 83-106.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Como vejo minha casa**: representações do “espaço-casa” numa área de baixada de Belém. 1997. Monografia (especialização). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 1997.

DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza e realidade geográfica. Tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A Questão da Habitação**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil**. Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Políticos e Sociais. Belo Horizonte, 1995.

FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. Regularização fundiária de áreas patrimoniais no Pará e produção habitacional de Interesse Social: avanços e desafios. *In: SANTANA, Joana; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias. A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia*. Belém: Ed. UFPA, 2012. p. 371-86.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO





INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Notas metodológicas 2010.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0. Acesso em: 02 fev. 2020.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade.** Série Espaço & Debate. 3. ed. São Paulo: Atual Editora, 1997.

MARQUES, Eduardo *et al.* **Assentamentos precários no Brasil urbano.** Brasília: CEM-Cebrap; Secretaria Nacional de Habitação; Ministério das Cidades, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Frederic. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.** Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, 1992. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: 09 jan. 2019.

NOGUEIRA, Laelia Regina Batista. Arquitetura Vernacular e Paisagem Amazônica: um caminho na busca pelo habitar poético. **Revista da Abordagem Gestáltica - Phenomenological Studies**, v. XXII, n. 2, p. 171-80, jul./dez. 2016.

RODRIGUES, R. M. *et al.* APP's urbanas e intervenções públicas nas margens dos cursos d'água. *In: II Seminário Nacional sobre áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano* – APP Urbana, 2012, Natal. Anais Natal: UFRN, 2012.

ROSEMBACK, R. *et al.* As dimensões da questão habitacional e o papel dos dados censitários nos diagnósticos municipais: uma sugestão de análise frente às novas exigências da Política Nacional de Habitação. *In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Pedro, 2014. **Anais.**

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO

